

Veja

20/10/1976

ESPECIAL

"Meus queridos bóias-frias"

Alguns trabalhadores rurais do interior brasileiro sabem de cor e cantam na própria lavoura, enquanto manejam suas ferramentas, esses versos de uma modinha sertaneja apresentada em programas radiofônicos:

Meu patrão brigou comigo

me chamou de bóia-fria

não bati na cara dele

para não perder o dia

A singular capacidade de síntese da linguagem cabocla revela, nesta canção, alguns traços fundamentais da psicologia do trabalhador volante da agricultura, que decididamente não gosta de ser chamado de bóia-fria: o ressentimento por uma situação desfavorável, diante da qual é prudente não usar da rebeldia ou violência, sob pena de perder o salário, que garante, a precária subsistência.

Ainda que não aprecie o uso corrente do apelido, o bóia-fria não vê seus problemas exibidos apenas em programas de música sertaneja ou exclusivamente no interior. Ele é de certa forma um tema em voga. Em menos de dois anos de mandato, o deputado Aírton Sandoval (MDB-SP) apresentou na Câmara dezesseis projetos sobre o assunto. Quatro foram rejeitados, os demais ainda estão tramitando. Frequentes reportagens e pesquisas mostram que o bóia-fria sonha basicamente com o trio emprego fixo-casa própria-um pedacinho de terra. Mas isso não invalidaria as elaborações poéticas da dupla João Bosco-Aldir Blanc, que em seu último disco dedicou uma marcha-rancho aos bóias-frias, que "sonham com bife a cavalo, batata frita", tendo como sobremesa "goiabada-cascão com muito queijo". Enquanto isso, o escritor Antônio Callado planeja uma peça teatral sobre eles com o compositor Chico Buarque de Holanda e o dramaturgo Paulo Pontes.

Pacífica invasão — Curiosamente, não são os bóias-frias que chamam a atenção do público para seus problemas. Desde que se tornaram personagens habituais do cotidiano urbano, com suas marmitas, ferramentas, roupas encardidas e os caminhões em cujas carrocerias são vistos, aos montes, pelas madrugadas, entre as lavouras e os casebres construídos na periferia das cidades, eles "passaram a ocupar espaço também na angustiada consciência da burguesia urbana", segundo a antropóloga Lígia Sigaud, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pacífica invasão de metrópoles e cidades do interior pelos bóias-frias estimulou, nos últimos anos, a proliferação de estudos, teses e monografias sobre as 6,8 milhões de pessoas classificadas em 1972 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como "assalariados temporários" — representando 55% da mão-de-obra ocupada na agricultura dos seis Estados onde o problema é mais expressivo (veja o gráfico).

Ultimamente, autoridades vêm sugerindo medidas, como a criação de cooperativas ou sindicatos de bóias-frias. Estes, contudo, revelam uma difusa, trôpega consciência da própria situação. Conformados, sua fala é pontilhada, mais do que o usual, de expressões como "graças a Deus", "se Deus quiser". O misticismo é um derivativo bastante comum para seu descontentamento. Em suas apertadas malocas, não é raro haver um oratório dedicado a um santo qualquer, com vela queimando noite e dia.

Diferenças — Os estudiosos ainda não chegaram a uma conclusão sobre como conceituar exatamente essa respeitável massa de operários. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) classifica o bóia-fria como sendo "o trabalhador rural assalariado, residente fora da propriedade agrícola, via de regra não registrado, remunerado por tarefa, empreitada ou por dia, aliciado por agenciadores ou fazendeiros, geralmente transportado diariamente por caminhões, apresentando instabilidade de emprego". Mas nem todos concordam. Certos pesquisadores procuram estabelecer uma distinção entre "volantes", "safristas", "eventuais", "diaristas", "temporários" ou "avulsos" (existem outras denominações menos usadas). As diferenças entre uns e outros são pouco significativas. Alguns possuem carteira profissional e chegam a completar um ano num emprego. Outros trabalham nas safras para completar a renda obtida em pequenos sítios. Nem todos moram na cidade, há quem prefira fixar residência em barracos erguidos na beira das estradas, ainda assim perto de um centro urbano. E, na falta de ocupação rural, se defendem com os chamados biscates urbanos: lavar carros, fazer faxina, atuar como vigia ou empregada doméstica.

Sobretudo, nem todos são precisamente bóias-frias. Nos canaviais, alguns não carregam marmitas, limitando-se a chupar cana. O historiador pernambucano Manoel Correia de Andrade, por exemplo, acha mais recomendável classificá-los como "sem-bóia". Certos estudos preferem reuni-los todos em uma mesma categoria: os sem-terra. Deixando de lado os detalhes, o agrônomo José Francisco Graziano da Silva, professor da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (SP), atualmente empenhado no levantamento da vasta e dispersa bibliografia sobre o assunto, afirma que a característica fundamental dos bóias-frias e assemelhados é a falta de um emprego fixo. Sua sugestão: são "desempregados permanentes".

Dissídio rural — Seja qual for a denominação, o bóia-fria é hoje uma incômoda e insistente presença. Ambíguo por sua condição de habitante da cidade e trabalhador do campo, ele engrossa as filas que buscam tratamento médico ou remédios nos hospitais. Um dos primeiros estudos sobre o bóia-fria, realizado em 1965 por dois formandos da Faculdade de Serviço Social de Piracicaba (SP), constatou que 36% dos para débeis mentais da região eram parentes de trabalhadores volantes, entre os quais se registravam também índices elevados de verminose, mortalidade infantil e subnutrição. Às vezes sozinho, mas geralmente em grupo, o bóia-fria tem acionado a Justiça do Trabalho, reclamando salários atrasados e direitos não cumpridos. O aumento desse tipo de ações levou os promotores públicos da região oeste do Estado de São Paulo a formar um grupo de estudos em 1974 num esforço para tentar enquadrar de alguma forma o bóia-fria na legislação trabalhista. Apesar das lacunas nesse terreno, desde 1973 vêm ocorrendo dissídios salariais rurais em municípios paulistas como Pontal, Cravinhos, Sertãozinho e Limeira. Agora, está em andamento o primeiro dissídio de âmbito estadual, movido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp).

Proposta conciliatória — Representando sessenta dos 133 sindicatos trabalhistas rurais do Estado, a Fetaesp pediu um aumento salarial de 50%, beneficiando, segundo ela, cerca de 800 000 empregados, metade dos quais seriam bóias-frias. A reivindicação incluía mais quinze itens, muitos em favor dos volantes, como o fornecimento de transporte gratuito e instrumentos de trabalho, equipamento de segurança e proteção. Os patrões, representados pela Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), não aceitaram nenhuma das propostas, alegando que significariam exagerado aumento de seus custos (a mão-de-obra corresponde de 10% a 40% do custo de produção, dependendo da lavoura). Como as discussões se arrastavam desde julho, em setembro passado o juiz Roberto Martins apresentou uma proposta conciliatória de aumento salarial de 43%, aceita pelos trabalhadores e recusada pelos patrões. Esta sugestão, incluindo também os benefícios adicionais solicitados, deve ser o ponto

de partida para a decisão dos quinze juízes que integram o "pleno" do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. O julgamento deve ser realizado ainda no mês de outubro.

Também na Justiça Comum já é marcante a presença dos bóias-frias. Atualmente, dos trinta condenados da cadeia de Botucatu (SP) 60% são bóias-frias. A maioria cumpre pena por furto. Os raros crimes violentos, como homicídios, são cometidos geralmente em dia de chuva, sob efeito do álcool. A explicação é simples: quando chove, o bóia-fria nem sempre trabalha; fica bebendo e se envolve em brigas. Nas pequenas e médias cidades do interior, com chuva ou tempo bom, os menores pedintes são quase sempre filhos de bóias-frias que perambulam pelas ruas enquanto os pais trabalham. Não raro se transformam em delinquentes. No caso dos menores do sexo feminino, um caminho quase natural é a prostituição.

Oficialização — Diante de sintomas tão visíveis, é natural que o bóia-fria tenha sido afinal incorporado à terminologia oficial. Assim, nem mesmo o governador paulista Paulo Egydio Martins usou de rodeios ou subterfúgios para falar aos trabalhadores rurais que, em maio passado, foram assistir à cerimônia de lançamento da pedra fundamental de um centro rural em Guaíra, obra orçada em 5 milhões de cruzeiros e já conhecida como "casa do bóia-fria" — centro de arregimentação de mão-de-obra rural, equipado com escola, creche, piscina e um terminal de carga e descarga de pessoas transportadas em caminhões para o trabalho (existem mais 72 projetados para diversos municípios).

"Meus queridos bóias-frias: Que diferença há entre você, bóia-fria, e eu, governador? Nenhuma. Somos homens iguais", disse Martins. Certamente ignorando que os seus ouvintes detestavam o apelido, o governador prosseguiu: "Você, bóia-fria, é o símbolo do sofrimento que forma uma nova categoria — a dos bóias-frias — e trabalha com patriotismo e amor ao país, mas se encontra com remuneração oscilante. Você, que tantas vezes trabalha a troco de comida e que é transportado para o campo como gado. Que saiu da antiga colônia da fazenda para morar na favela, esquecido". Foi diante de homens como esses que o ex-presidente Emílio Garrastazu Médici se emocionou, ao visitar a seca do nordeste em 1971, quando pronunciou a frase célebre: "A economia vai bem, mas o povo vai mal". Um dos resultados dessa visita foi a criação do Funrural, que, entre outros pequenos benefícios, concede aposentadoria e pensão a velhos rurícolas.

Dupla sobrecarga — Atualmente, os meios oficiais parecem estar percebendo uma contradição do modelo econômico, sobrecarregado por um duplo ônus: de um lado, o governo subsidia a modernização da agricultura, expulsando a mão-de-obra rural, que vai para as cidades; de outro, tem de arcar com os crescentes custos sociais urbanos, aumentados por novas exigências de habitação, saúde, educação, saneamento, transporte e até mesmo policiamento e instalações penitenciárias. Da constatação desse paradoxo talvez tenha nascido no Ministério do Trabalho um grupo de estudos empenhado em propor soluções para o problema do bóia-fria nos três Estados onde ele é mais grave — Paraná, São Paulo e Pernambuco. Entre ofícios, memorandos e proposições, o plano de uma grande pesquisa se arrasta desde o início de 1975.

Segundo a idéia inicial do secretário de Emprego e Salários do Ministério, Francisco Menna Barreto, tal investigação pretende esclarecer: 1) identificação e caracterização das áreas do fenômeno bóia-fria; 2) registros históricos; 3) características típicas do fenômeno enquanto problema social local: aspectos qualitativos e quantitativos; 4) implicações da criação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) como causa ou acelerador do problema; 5) levantamento junto aos trabalhadores rurais das condições em que voltariam para morar nas fazendas; 6) levantamento junto aos fazendeiros das condições sob as quais aceitariam o repovoamento das fazendas pela fixação do trabalhador rural; 7) efeitos do bóia-fria na saturação do mercado de emprego não-qualificado nos centros urbanos; 8) estimativa de lucro do intermediário; 9) estatística de acidentes rodoviários com caminhões de bóias-frias nos últimos dois anos; 10)

levantamento da situação do bóia-fria quanto a salário, renda familiar, alimentação, saúde, escolaridade dos dependentes, documentação civil; 11) origens do volante; 12) alternativas de intervenção administrativa e política para solução do problema; e 13) propostas de alteração da legislação trabalhista.

Os "curumbas" — Se quisesse tomar medidas imediatas, mesmo paliativas, o Ministério do Trabalho deveria simplesmente reunir todo o material já elaborado em torno do bóia-fria. Pois a maioria dos estudos existentes responde a boa parte dos quesitos acima. De qualquer maneira, sociólogos e economistas admitem que o problema comporta pesquisa de maior profundidade, inclusive para apagar a idéia de que o volante seria um fenômeno recente e típico, surgido por volta de 1963, quando foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural. Nesta época, na realidade, o volante se tornava visível nas cidades brasileiras. Mas suas origens se encontram nas complexas e pouco estudadas transformações da estrutura da economia por volta de 1930. É, mais ou menos por aí que começa a ruir o sistema do colonato, substituto do trabalho escravo e passo intermediário para o advento do assalariado no sistema tipicamente capitalista.

Até agora, acreditou-se que os primeiros bóias-frias brasileiros surgiram, em 1945, nos canaviais de Piracicaba (SP), atendendo ao interesse de usinas que só ocupavam bastante mão-de-obra durante a colheita. No entanto, um artigo de 1938 da Revista de Arquivo Municipal de São Paulo, escrito por Alice Canabrava e Maria Teixeira Mendes, menciona os "safristas" contratados para colher cana, algodão e cítricos no interior paulista. Dessa mesma categoria fala um historiador de Botucatu, em 1929. Mas há cinqüenta anos, nos canaviais de Pernambuco, já trabalhavam os assalariados avulsos, conhecidos como "curumbas". Isso no Brasil. Mas o bóia-fria não é privilégio nacional.

Os "jornaleros" — Gente como ele existe no México, Estados Unidos e países onde predominam os latifúndios. A reforma agrária mexicana implantada a partir de 1910 não conseguiu dar terra para todos os candidatos. Hoje existem cerca de 4,5 milhões de mexicanos de origem rural sem terra para cultivar. Eles são conhecidos como jornaleros ou golondrinas (andorinhas), representando cerca de 30% da população economicamente ativa do campo. A eles se juntam mais 3 milhões de pequenos proprietários agrícolas, que, pelo menos durante seis meses ao ano, precisam executar tarefas assalariadas para reforçar sua renda. Em alguns lugares ao sul do México, onde se cultivam melancias, melões e algodão, os jornaleros, em número que às vezes alcança 5 000, chegam adormir numa praça aguardando a chegada dos caminhões que carregam uns poucos, sem informar qual a tarefa e quanto vão ganhar. Terminadas as colheitas, las golondrinas retornam às regiões de origem ou emigram para as áreas urbanas, onde toparam qualquer serviço ou ficam pelas ruas tocando pistão para ganhar uns trocados. A competição entre eles é crescente, pois o processo de mecanização elimina anualmente cerca de 30 000 empregos novos nos campos do México.

Na agricultura dos Estados Unidos as máquinas praticamente já substituíram quem podiam substituir. Para uma população economicamente ativa, que anda por volta de 99 milhões de pessoas, as lavouras americanas são tocadas por 4,2 milhões, 74% dos quais são membros de famílias proprietárias das plantations. Segundo o anuário estatístico dos EUA de 1975, os empregados agrícolas somam quase 1,1 milhão, formando a categoria dos braceros, de certa forma semelhantes aos bóias-frias brasileiros pela instabilidade de local e tempo de trabalho. Como assalariados, compoem uma subcategoria, existem cerca de 200 000 "migrantes", constituídos de minorias raciais — negros, jamaicanos, porto-riquenhos, orientais e chicanos (mexicano-americanos). Eles percorrem o país inteiro atrás de colheitas: frutas, hortaliças, tubérculos, cereais, tudo enfim que as máquinas não conseguem colher. Entre eles se infiltraram clandestinamente os operários mexicanos conhecidos como wet backs (costas molhadas) porque geralmente têm de entrar no país a nado pelo rio Bravo, na fronteira.

"Vinhas da Ira" — Sobre esse contingente de miseráveis, que já foi bem mais numeroso, apareceu em 1939 um dos maiores romances americanos, "As Vinhas da Ira", de John Steinbeck, um Prêmio Nobel de Literatura. Os mais persistentes não conseguem mais de dez a 35 semanas de trabalho por ano, o que limita sua renda a 2 000 dólares (cerca de 23 000 cruzeiros). Sua pobreza tem perturbado a consciência dos americanos há mais de uma geração. Diversas leis foram aprovadas nos últimos anos estabelecendo padrões mínimos de higiene e de segurança para seu alojamento e transporte. Os capatazes (crew leaders) precisam registrar-se legalmente, sendo obrigados a fazer contratos de trabalho com os migrantes. Ultimamente, professores acompanham os migrantes para que não seja interrompida a instrução de seus filhos.

O sociólogo T. Lynn Smith, falecido no ano passado, mostrou que o trabalho sazonal na agricultura americana tem origem na extinção dos parceiros e arrendatários, que coincidiu com a concentração da propriedade e o surgimento das plantations, tipicamente empresariais. Guardadas as proporções, processo semelhante aconteceu no Brasil. Além disso, como a sazonalidade é própria da agricultura, torna-se difícil encontrar uma boa saída para a questão. "Há trabalhadores rurais demais para as necessidades médias e trabalhadores de menos para as necessidades temporárias." Essa constatação foi feita pelo filósofo alemão Karl Marx em "O Capital", publicado pela primeira vez em 1867, em Londres. Pela descrição de Marx, os volantes já existiam nas lavouras inglesas e irlandesas da primeira metade do século XIX.

Reabsorção barata — No caso brasileiro, os estudiosos concluíram pela permanência do bóia-fria como "exército industrial de reserva", à margem do mercado regular de trabalho. A socióloga Maria Conceição d'Incao e Mello, professora em Araraquara (SP) e autora do mais conhecido livro sobre o assunto — "O Bóia-fria, Acumulação e Miséria", já em quarta edição —, assim define sua personagem: "Resultado do processo de liberação de mão-de-obra, por efeito do desenvolvimento do sistema capitalista de produção no campo, ele é reabsorvido como mão-de-obra mais barata e conseqüentemente mais vantajosa para a acumulação do capital".

Comportando-se como cientistas que observam e analisam friamente a realidade, os autores em geral concluem seus trabalhos sem apresentar alternativas ou propor soluções. No caso dos bóias-frias, fica quase sempre implícita a idéia de que a exploração da terra em termos empresariais tende a agravar o problema dos volantes, contribuindo para o aviltamento salarial, tanto no campo como na cidade. Não é o que pensa o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli. Para ele, entusiasta da chamada lavoura empresarial, "o bóia-fria é um problema temporário, um processo de acomodação numa agricultura ainda nômade, reflexo de uma fase evolutiva e que tende a ajustar-se quando a estrutura agrícola do Brasil se estabilizar". Alguns pesquisadores brasileiros se perguntam realmente quando, como e a que preço vai ocorrer esta transformação da agricultura.

Elemento inibidor — Paradoxalmente, o bóia-fria surge num certo momento como inibidor da pretendida modernização da atividade agrícola, pois em algumas culturas seria menos compensador, economicamente, utilizar a máquina em lugar do homem. De qualquer maneira, mesmo sem conseguir aumentos expressivos de produtividade, a agricultura brasileira está tomando feições extensivas, para atender principalmente às necessidades de exportação. Como conseqüência, a posse da terra tende a ficar concentrada em menor número de mãos. A incorporação das pequenas propriedades pelas grandes vem provocando queda na produção dos chamados alimentos de subsistência, como feijão, uma lavoura tipicamente minifundiária, vítima de grave crise atualmente. No fundo, a extinção do minifúndio (um processo lento ainda mal detectado por estatísticas) também pode contribuir para o surgimento de novos bóias-frias — a própria família do sitiante que vende a terra e tenta, como sempre, penetrar no labirinto urbano.

José de Souza Martins, professor na Universidade de São Paulo e um dos poucos sociólogos brasileiros voltados para a cultura rural, condena a "obsessão empresarial" dos técnicos governamentais, impregnados pela mentalidade americana que invadiu as escolas nacionais de agronomia. "O esvaziamento da pequena propriedade agrícola vai ter um preço", adverte Martins. "Aliás, a crise brasileira está agudizada pela extinção da lavoura de subsistência, que sempre subvencionou a nossa economia. A economia brasileira não está suportando esse arranco para a lavoura empresarial." Sua advertência soaria estranha porque é pouco conhecido e estudado o papel da pequena propriedade agrícola na economia brasileira.

Até mesmo agrônomos se espantaram, durante um curso de extensão realizado em Botucatu, em julho passado, quando José Gomes da Silva, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, exibiu dados do cadastramento do INCRA, referentes a 1972. Eles demonstram a importância da pequena lavoura: 43,9% dos produtos básicos de alimentação são fornecidos por propriedades com menos de 50 hectares. Esse volume chega a 70,3% quando se consideramos imóveis até 200 hectares. Quanto às matérias-primas para indústrias, 38,4% saem das lavouras até 50 hectares, subindo para 63,5% no caso de propriedades com menos de 200 hectares — situadas na categoria "média". É evidente que tende a diminuir esse peso das pequenas e médias lavouras à medida que os estímulos de crédito oficial vão sendo canalizados de preferência para as grandes. A propósito, um estudo desenvolvido em 1972 em Caruaru (PE), por dois especialistas americanos, concluiu que a tributação rural beneficia as grandes propriedades. E que a reforma agrária deveria ser acelerada para corrigir a tendência de marginalização das populações do campo.

Caso político — Oriowaldo Queda, professor da Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, agrônomo com pós-graduação em Sociologia Rural, observa que o problema do bóia-fria pode alcançar tal dimensão a ponto de forçar o governo a implementar a reforma agrária, planejada mas não executada até agora por entraves políticos. Apontada geralmente pelos estudiosos como o caminho mais adequado no caso, a reforma agrária é a solução defendida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. A permanência dos obstáculos, contudo, leva às alternativas "paliativas", como a criação de frentes de trabalho na construção civil durante as entre-safras. No Ministério do Trabalho há quem aponte o exemplo dos portuários que, em algumas áreas, são contratados e pagos pelos próprios sindicatos. É um sistema que pode abrigar seus vícios: hoje, há estivadores que contratam "bagrinhos" para executar suas tarefas, pagando evidentemente apenas parte do que acabam recebendo. A hipótese de cooperativas de bóias-frias fracassou na prática em alguns municípios, como Pinhal e Patrocínio Paulista, ambos em São Paulo.

Qual então a saída? Instituir a marmita térmica, como sugere um alegre cafeicultor paulista? Provocar o refluxo da população subempregada e desempregada para os campos, através de subsídios que repovoariam as fazendas? Criar o seguro-desemprego? Apoiar as pequenas propriedades? Acionar o latifúndio legal em que se transformou a assustadora, cabalística "reforma agrária"? Embora falte conhecer ainda muita coisa sobre o bóia-fria — detalhes como o seu número exato, a composição etária, a porcentagem de mulheres e crianças, os dias de trabalho por ano —, é ponto pacífico que o problema, tal como existe, só encontrará solução através de intervenção governamental. Enfim, o bóia-fria é um problema político.

(Páginas 120, 121, 122, 125, 126, 128 e 130)